

PINGA-FOGO

■ **NO ESTALEIRO** - Foi bem sucedida a operação do vice-prefeito do Rio de Janeiro, Nilton Caldeira, para reconstrução de tendão do calcanhar, depois de um trauma em uma partida de futebol. Caldeira, pré-candidato a vereador na capital, ficará 30 dias sem poder colocar o pé no chão. Ele não ficará fora da movimentação política, vai intensificar a postagem de vídeos nas redes sociais.

■ **ANIVERSARIANTE** - Almoço entre amigos, neste 26 de outubro, em homenagem ao aniversário do secretário estadual da Casa Civil, Nicola Miccione. Ele resistiu às comemorações, mas aceitou brindar com amigos em almoço de adesão na churrascaria Assador, no Aterro.

■ **NAUFRAGOU?** - Algo de muito estranho no adiamento da convenção municipal do PSDB, que seria realizado no Clube Municipal, no próximo dia 28 de outubro. O presidente da executiva provisória, Nelson Rocha, foi surpreendido com uma determinação da executiva nacional ordenando o cancelamento. Rocha, ex-secretário da Fazenda do Estado Rio, pretende concorrer à prefeitura do Rio. A orientação da nacional é que o PSDB teria uma candidatura própria em cada capital, porém, a regra pode ser quebrada no Rio.

■ **CANNABIS** - A regulamentação da produção de cannabis sativa, a maconha, para fins medicinais, foi motivo de uma audiência pública na terça-feira (24) na Comissão de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. O tema está proposto no PL 399/2015, que está sendo relatado pelo deputado Luciano Ducci (PSB-PR). O projeto busca estabelecer critérios que permitam o plantio da cannabis exclusivo para uso medicinal, de uma forma controlada pelo governo. O uso de remédios à base de cannabis, como o canabidiol, já é permitido.

■ **CUSTO** - Sem a possibilidade



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Eduardo Barreto/ CMRJ

MEDALHA PEDRO ERNESTO AO COPA

Na foto acima, funcionários do Belmond Copacabana Palace e o gerente-geral, Ulisses Marreiros (com a placa) ao receberem, de Carlo Caiado (d), presidente da Câmara Municipal do Rio,

a Medalha Pedro Ernesto, nesta quarta (25). Também na foto, Theresa Jansen, da Superintendente da ABIH, ao lado do parlamentar. Além de Caiado, a homenagem ao hotel cartão-postal do

Rio foi assinada também pelos vereadores Tânia Bastos, Marcos Braz, Rafael Aloísio Freitas, Willian coelho, Cesar Maia, Profº Célio Lupporelli, Celso Costa e Teresa Bergher.



Divulgação

Prefeito de Barra do Piraí, Mário Esteve, diz que obras de drenagem acontecem graças ao governador Cláudio Castro

do plantio e da produção, porém, a maioria dessas modificações é importada e vendida com um custo muito alto, impedindo que pacientes mais carentes possam usufruir desse uso.

■ **PARADO** - O PL 399/2015, que permite o cultivo para fins medici-



Divulgação

O prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto, grava propaganda eleitoral do PP

de dragagem do Rio Paraíba do Sul, começando pelo distrito da Califórnia. A iniciativa é uma parceria do município com o Governo do Estado e visa conter os efeitos causados pelas cheias do principal rio que corta a região Sul Fluminense. Mário Esteves fez questão de enfatizar que o governador

nais, para pesquisa e uso na indústria, foi aprovado em uma comissão especial da Câmara, em 2021. Mas desde então está parado.

■ **DRAGAGEM DO RIO PARAÍBA** - O prefeito de Barra do Piraí, Mário Esteves, está feliz da vida. Será dado o pontapé na obra

Cláudio Castro e o vice, Thiago Pampolha (que também é secretário de Estado do Ambiente) foram os responsáveis pela autorização da dragagem de toda a extensão do Rio Paraíba do Sul. Tenho certeza de que esta ação será de grande ajuda para os moradores, que enfrentam alagamentos todos os anos”, disse o prefeito.

■ **PL MULHER E PL JOVEM DO AÇO** - O Partido Liberal de Volta Redonda já marcou a data de lançamento oficial do PL Mulher e PL Jovem do município. Será na próxima segunda-feira (30), às 18 horas, na sede do Diretório do PL, no Aterro. O evento, segundo os organizadores, contará com a presença do senador Carlos Portinho; do deputado estadual Altineu Côrtes; da deputada federal Cris Tonietto; entre outras figuras importantes do partido.

■ **NETO GRAVA PARA O PP - Aliás, o prefeito de Volta Redonda, Antônio Francisco Neto, já começou a gravar as propagandas eleitorais do PP que irão ao ar em novembro. Como a coluna divulgou com exclusividade, Neto irá disputar a reeleição pelo Progressistas, do deputado federal Dr. Luizinho, ex-secretário estadual de Saúde. Neto e Dr. Luizinho são aliados de longa data e não escondem a mútua admiração.**

■ **EM DEBATE** - A vereadora de Petrópolis Gilda Beatriz protocolou uma denúncia formal no PSD, referente às acusações de violência de gênero contra o presidente da Câmara Municipal, Júnior Coruja, do mesmo partido. Gilda renunciou ao cargo de primeira secretária na mesa diretora por causa da perseguição política e de gênero que afirma ter sofrido. A presidente municipal da sigla, Rosângela Stumpf, disse que vai marcar uma reunião ordinária para discutir este e outros assuntos, mas vai se declarar impedida, por estar envolvida. Um dos apontamentos na denúncia de Gilda é o fato de Coruja a ter impedido de nomear Rosângela como sua assessora na mesa diretora.

Fernando Molica

A PPP do Rio

A violência no Rio de Janeiro não é uma sequência de fatos chocantes e isolados, mas resultado de décadas de conivência e cumplicidade entre quadrilhas e setores públicos. A atividade desses traficantes/milicianos não é algo externo ao Estado, faz parte de sua estrutura.

Muitos desses bandidos não são personagens e grupos distantes, periféricos: integram a máquina institucional. Participam da versão fluminense das tão faladas PPPs, Parcerias Público-Privadas. Uma sociedade ilimitada que, ao longo dos anos, tem rendido lucros e votos pra muita gente.

Essa presença impede qualquer tentativa de personalização, de indicação desse ou daquele inimigo público. Há muitos anos que a polícia prende ou mata incontáveis chefes ou supostos comandantes desta ou daquela facção, um tipo de repressão que serve apenas para favorecer a ascensão de outros líderes.

Como já disse um ex-chefe de polícia, a atuação estatal funciona, na prática, para fazer uma regulação do tráfico de drogas (na época não havia milícias). De um jeito ou de outro, garante o desequilíbrio poderes dentro de favelas e bairros.

Indo bem longe na história, daria pra incluir o tráfico de escravizados baseado na então capital da Colônia como marco inicial dessa PPP. Mas dá pra ser mais objetivo e citar, como exemplo dessa associação, a convivência entre bicheiros, policiais e políticos, algo que atingiu patamares ainda mais elevados durante a ditadura.

Além de corromper grandes setores da máquina pública, o jogo do bicho antecipou e consolidou entre nós a característica do domínio territorial, que hoje também marca atividades de traficantes-milicianos. Um domínio que não

é fruto apenas de conquistas bélicas; é também resultado de alianças com integrantes da máquina estatal.

A troca de proteção por votos — e por outras formas de compensação — é marcante num estado em que deputados influenciam até na escolha de autoridades da área de segurança. Territórios têm donos: não é de hoje que qualquer candidato a cargo público sabe onde pode e onde não pode pedir votos.

Em 2008, o relatório final da CPI formada na Assembleia Legislativa do Rio para investigar milícias insistiu na necessidade de reprimir os mecanismos de financiamento dessas organizações. Passados 15 anos, pouco foi feito.

O desabamento de um prédio em área miliciana na Barra da Tijuca gerou operações de controle desse tipo de construção, mas, de um modo geral, o poder público, em diferentes governos, evitou incomodar essas quadrilhas. Milicianos continuam a controlar vans, venda de botijões de gás, gatonet, garrafas de água, cigarros contrabandeados — a venda de drogas é apenas mais uma de suas atividades.

Esses bandos deram passos além: não se contentaram mais em apoiar candidatos, passaram a lançar seus próprios nomes para cargos legislativos e prefeituras. O poder das quadrilhas se retroalimenta quando instalado em gabinetes oficiais.

É impensável imaginar que o Estado brasileiro não tenha capacidade de fazer frente a essas quadrilhas; não as derrotou porque não quer. Até porque um combate efetivo a tantas estruturas criminosas implicaria numa espécie de confissão não premiada por parte de muita gente. Enquanto não revira suas próprias entranhas, o Estado trata de fazer incontáveis operações policiais para deixar tudo como está.

Rudolfo Lago*

Há soldados armados, amados ou não...

Na maior parte do seu tempo, a CPMI dos Atos Golpistas não conseguiu avançar para além das investigações sobre a lamentável invasão e depredação dos três prédios da República que já aconteciam na Polícia Federal e no Supremo Tribunal Federal (STF). Há, porém, dois méritos no relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) que merecem ser destacados.

O primeiro é que Eliziane organiza a narrativa do que houve. A leitura das mais de 1,3 mil páginas do seu texto bem explica por que ninguém pode considerar os atos de 8 de janeiro como um movimento isolado, um momento de loucura coletiva que levou manifestantes àquela obra de destruição. Eliziane mostra como tudo foi construído. Como aquilo fazia parte de um ardid para provocar grossa confusão no país. Grossa confusão que viesse a justificar uma intervenção das Forças Armadas. Que, no discurso, agiriam como pacificadores para, novamente no discurso, trazer o país de volta à normalidade. Para, agora não mais no discurso mas na prática, eliminar no país uma ditadura tendo o ex-presidente Jair Bolsonaro como o ditador de plantão.

O segundo mérito decorre do primeiro. Ao explicar a construção da tentativa de golpe que culminou no 8 de janeiro, Eliziane expõe um dos grandes defeitos político-culturais da sociedade brasileira, ou parte dela: a espera crônica de que as Forças Armadas apareçam para a solução de seus problemas, em uma espécie de intervenção redentora (aliás, não por acaso, um dos apelidos edulcorados do golpe de 1964 era justamente “revolução redentora”).

Essa parcela infantilizada da sociedade brasileira parece enxergar nos

militares um papel de tutor. De pai disciplinador pronto a interferir para pôr ordem na casa. O problema é que sempre com uma violência excessiva e com pouquíssimo ou nenhum pendor democrático.

A proclamação da República foi já um golpe militar. E ninguém aqui está fazendo um discurso de promoção da monarquia. Se o império estava desgastado e já não atendia aos interesses da elite econômica do país à época, o fato é que essa elite econômica não produziu para o problema uma solução civil. E o resultado é que os dois primeiros presidentes brasileiros foram militares. O primeiro, Deodoro da Fonseca, renunciou. O segundo deles, Floriano Peixoto, governou quase que todo o mandato sob Estado de Sítio. Não deveria sequer ter sido presidente, com a renúncia de Deodoro da Fonseca, porque a Constituição da época dizia, como a atual, que em caso de vacância da Presidência antes de decorridos dois anos do mandato devem ser feitas novas eleições.

Floriano impôs-se presidente com a alcunha de “Marechal de Ferro”. Enfrentou diversas rebeliões no seu governo. A forma como debelou a Revolução Federalista é um dos capítulos mais sangrentos da história brasileira. Com a crueldade final de ter trocado o nome da capital de Santa Catarina, onde acontecia a rebelião, de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, em sua própria homenagem.

Em 1930, Getúlio Vargas chega ao poder com novo auxílio militar, não do alto oficialato, mas dos tenentes. Sete anos depois, o Brasil passaria a ter o seu mais duro período de autoritarismo e ditadura.

O início do governo Juscelino Ku-

bitschek tem uma intervenção do bem, quando o marechal Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra, pôs os tanques na rua não para depor, mas para garantir a posse do presidente eleito. Duas tentativas de golpe aconteceram no governo JK. Até que em 1964, o golpe instaura o regime militar e submete o país a 21 anos de ditadura.

A vitória de Tancredo Neves pôs fim à ditadura. Mas, de novo, viu-se o Brasil enredado por crises políticas crônicas e por instabilidade. Que outra vez parecem ter levado a parte infantil da sociedade a pedir nova intervenção do tutor militar.

Uma intervenção que, outra vez, seria um grande erro político. Primeiro, a sociedade precisa amadurecer para resolver ela mesma seus problemas. E entender que essa construção só se solidifica de fato pelo caminho do diálogo e do consenso, e não da imposição pelas armas. A história já mostrou seguidas vezes que a intervenção militar não é um favor que os senhores de farda fazem aos civis pondo ordem na casa. Autorizados, eles se instalam e, enquanto puderem, não saem mais. E o resultado é sempre sangue, lágrimas, morte.

Se o relatório de Eliziane servir para que nunca mais a sociedade civil avalie que a solução para seus problemas seja pedir intervenção militar, ele terá cumprido um importantíssimo papel histórico de amadurecimento da sociedade brasileira.

*Jornalista. Chefe da redação do Correio da Manhã em Brasília. Responsável por furos como o dos anões do orçamento e o que levou à cassação de Luiz Estevão. Ganhador do Prêmio Esso.